



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

PARECER NO PROJETO DE LEI Nº 105/2025

Sala de Comissões, 12 de dezembro de 2025.

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 105/2025

AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PARECER Nº 84/2025

Ementa: **"Autoriza abertura de crédito especial por excesso de arrecadação, recursos oriundos de reestimativa de receita pela compensação financeira da exploração mineral, em favor da Secretaria Municipal de Educação, Fazenda e Assistência Social".**

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 105/2025 busca autorização legislativa para abertura de **crédito especial**, fundamentado em **excesso de arrecadação decorrente de reestimativa da receita proveniente da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM)**. Os recursos suplementares têm como finalidade reforçar dotações orçamentárias das Secretarias Municipais de Educação, Fazenda e Assistência Social, em razão do aumento real da arrecadação obtida pela CFEM no exercício corrente.

O total de recursos objeto do crédito especial é de **R\$ 935.406,63**, distribuídos da seguinte forma:

- **Secretaria Municipal de Educação**
 - Projeto/Atividade 2016 – 31.90.11.00 – Folha de Pagamento da Educação: R\$ 258.700,00
- **Secretaria Municipal de Fazenda**
 - Projeto/Atividade 2008 – 31.91.13.00 – Contribuições Patronais: R\$ 65.000,00
 - Projeto/Atividade 2005 – 46.90.71.00 – Principal da Dívida Contratual (Resgate): R\$ 461.706,63
- **Secretaria Municipal de Assistência Social**
 - Projeto/Atividade 2048 – 31.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil: R\$ 114.000,00
 - Projeto/Atividade 2048 – 31.90.13.00 – Obrigações Patronais: R\$ 8.000,00
 - Projeto/Atividade 2048 – 31.91.13.00 – Contribuições Patronais: R\$ 2.000,00
 - Projeto/Atividade 2049 – 31.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil: R\$ 22.000,00
 - Projeto/Atividade 2049 – 31.90.13.00 – Obrigações Patronais: R\$ 4.000,00

Os recursos serão integralmente custeados pela reestimativa positiva da receita da CFEM, conforme descrito pelo Executivo.

II - ANÁLISE FISCAL

O Projeto de Lei fundamenta-se no art. 43, incisos II e III, da Lei nº 4.320/64, visto que decorre de **excesso de arrecadação apurado durante a execução orçamentária**, resultante de reestimativa da receita da CFEM. Essa fonte de receita, por sua própria natureza, está sujeita à variação



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

PARECER NO PROJETO DE LEI Nº 105/2025

decorrente da produção mineral e da distribuição de royalties, sendo legalmente permitida a suplementação quando constatado aumento de arrecadação.

O crédito especial não cria despesas contínuas novas, mas reforça dotações já existentes e legalmente instituídas, sobretudo relacionadas a pessoal, encargos patronais e amortização da dívida, ações essenciais que integram a gestão pública. Dessa forma, não há impacto negativo sobre as metas fiscais vigentes, não gera ampliação desequilibrada de gastos e não exige compensações tributárias.

Por ser receita adicional extraordinária dentro do mesmo exercício financeiro, não compromete a margem fiscal municipal, não interfere na regra de ouro e não afeta limites de despesa de pessoal, mantendo-se dentro dos parâmetros legais.

Assim, o Projeto observa integralmente os dispositivos fiscais aplicáveis.

III - ANÁLISE FINANCEIRA

A utilização da CFEM como fonte do crédito especial é financeiramente adequada, uma vez que sua arrecadação efetiva superou a previsão inicial da LOA. O Município dispõe de disponibilidade financeira suficiente, comprovada pela reestimativa oficial que apurou excedente de **R\$ 935.406,63**.

A destinação dos recursos demonstra equilíbrio, priorizando despesas essenciais e obrigatórias, como folha de pagamento, contribuições patronais e amortização da dívida contratual. Essas despesas possuem relevância direta na manutenção da estabilidade financeira municipal, especialmente no cumprimento das obrigações legais de pessoal e responsabilidade fiscal.

A suplementação não gera passivos futuros além dos já previstos, pois os gastos correspondem a obrigações existentes ou a amortizações já contratualizadas. Portanto, a medida é financeiramente segura e evita riscos de insuficiência de caixa ou frustração de pagamentos.

IV - ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

A abertura de crédito especial é necessária porque a reestimativa da CFEM representa ingresso não originalmente previsto em dotações específicas da LOA, o que exige autorização legislativa para sua incorporação ao orçamento.

O enquadramento nas diferentes funções de governo está coerente:

- Na **Sec. de Educação**, reforça folha de pagamento, atendendo necessidade de custeio contínuo do sistema educacional.
- Na **Sec. de Fazenda**, reforça encargos patronais e amortização da dívida, contribuindo para a saúde financeira e o equilíbrio das contas públicas.
- Na **Sec. de Assistência Social**, fortalece ações de pessoal e encargos, essenciais à manutenção dos serviços sociais e atendimento às famílias vulneráveis.

A classificação econômica está correta (31.90 e 31.91 para pessoal e encargos, 46.90 para amortização da dívida). O projeto mantém compatibilidade com o PPA, LDO e LOA, não criando novas ações, mas apenas reforçando dotações existentes.

Trata-se, portanto, de proposta orçamentariamente adequada, tecnicamente consistente e aderente ao planejamento governamental.

V - CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

PARECER NO PROJETO DE LEI Nº 105/2025

Os documentos que instruem o projeto demonstram clareza quanto à origem da receita, à finalidade das despesas e à necessidade da abertura do crédito. A medida reforça programas essenciais ao funcionamento administrativo e à prestação de serviços públicos. Ressalta-se que a aplicação de recursos provenientes da CFEM deve seguir padrões de transparência, registro e controle, especialmente pela importância estratégica dessa receita na gestão pública municipal.

VI - ANÁLISE DE MÉRITO

O mérito do projeto é favorável. A proposta utiliza receita extraordinária oriunda da CFEM para fortalecer áreas essenciais — Educação, Fazenda e Assistência Social — garantindo continuidade da folha de pagamento, cobertura de encargos legais e amortização da dívida. A medida melhora a estabilidade financeira municipal, reforça serviços fundamentais e contribui para o equilíbrio das contas públicas. É uma ação necessária, oportuna e totalmente alinhada ao interesse coletivo

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão Permanente de Finanças e Orçamento conclui que o **Projeto de Lei nº 105/2025** atende aos **requisitos legais, fiscais, financeiros e orçamentários**, estando em conformidade com a legislação aplicável.

Dessa forma, a Comissão manifesta-se **favoravelmente à tramitação e aprovação** do projeto, **com os votos individuais de seus membros devidamente registrados**, em observância aos princípios da **transparência, legalidade e responsabilidade fiscal**, concluindo, assim, a apreciação da matéria no âmbito desta Comissão.

☒ Favorável () Contrário () Abstenção


Reginaldo Pereira de Aquino
Presidente

() Favorável () Contrário () Abstenção

Uémersom Rômulo Lopes da Silva
Secretário

☒ Favorável () Contrário () Abstenção


Itamar Antônio Constancio
Membro